

# A LÍNGUA PORTUGUESA NA MATRIZ DE REFERÊNCIA DA REDAÇÃO DO ENEM: UMA ANÁLISE DECOLONIAL SOBRE A COMPETÊNCIA 1

 10.5935/2177-6644.20220010

THE PORTUGUESE LANGUAGE IN THE  
REFERENCE MATRIX OF ENEM WRITING:  
A DECOLONIAL ANALYSIS OF  
COMPETENCE 1

LA LENGUA PORTUGUESA EN LA  
MATRIZ DE REFERENCIA DE LA  
ESCRITURA DEL ENEM: UN ANÁLISIS  
DECOLONIAL DE LA COMPETENCIA 1

Renato de Oliveira Dering \*

 <https://orcid.org/0000-0002-0776-3436>

**Resumo:** O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma avaliação que tem como objetivo avaliar o rendimento dos egressos da última etapa da educação básica. Ele é também um critério para ingresso no ensino superior. A redação é uma das formas que ele se propõe a avaliar os alunos, tendo uma prova específica para tal feito. Nesta prova, um dos critérios da matriz de referência (ou matriz de correção), indicados pela competência 1, está a língua portuguesa. Observado o exposto, o presente estudo objetiva fazer uma análise de perspectiva decolonial sobre como essa matriz promove a manutenção da colonialidade por meio da língua e, por assim ser, nivela, hierarquiza e disciplina corpos em prol de estabelecer apenas uma forma de conceber a língua.

**Palavras-chave:** Exame Nacional do ensino Médio. Redação do Enem. Estudos decoloniais. Ensino de Língua Portuguesa.

**Abstract:** The National High School Exam (Enem, brazilian name) is an assessment that aims to assess the performance of graduates from the last stage of basic education. It is also a criterion for admission to higher education. Writing is one of the ways he proposes to evaluate students, having a specific test for this purpose. In this test, one of the criteria of the reference matrix (or correction matrix), indicated by competence 1, is the Portuguese language. Having observed the above, the present study aims to analyze from a decolonial perspective on how this matrix promotes the maintenance of coloniality through language and, as such, levels, hierarchizes and disciplines bodies in favor of establishing only one way of conceiving the language.

**Key-words:** National High School Exam. Enem writing. Decolonial Studies. Portuguese Language Teaching.

**Resumen:** El Examen Nacional de Enseñanza Media (Enem) es una evaluación que tiene como objetivo evaluar el desempeño de los egresados de la última etapa de la educación básica. También es un criterio de admisión a la educación superior. La escritura es una de las formas que propone para evaluar a los alumnos, disponiendo de una prueba específica para tal fin. En esta prueba, uno de los criterios de la matriz de referencia (o matriz de corrección), indicada por la competencia 1, es el idioma portugués. Habiendo observado lo anterior, el presente estudio tiene como objetivo analizar, desde una perspectiva decolonial, cómo esta matriz promueve el mantenimiento de la colonialidad a través del lenguaje y, por tanto, nivela, jerarquiza y disciplina los cuerpos para establecer una sola forma de concebir el lenguaje.

**Palabras-clave:** Examen Nacional de Enseñanza Media. Escritura de Enem. Estudios decoloniales. Enseñanza de la Lengua Portuguesa.

\* Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor Adjunto do Centro Universitário de Goiás (UNIGOIÁS). Na mesma instituição, exerce o cargo de Supervisor da Área de Pesquisa Científica (SAPC).  <http://lattes.cnpq.br/7891833942208165> - E-mail: [renatodering@gmail.com](mailto:renatodering@gmail.com).

## Introdução

A matriz de referência da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é, não apenas uma forma de opressão das subjetividades de sujeitos que não tem acesso a um tipo de escolarização objetivada pela colonialidade do poder, como se trata de uma maneira de dominação das formas de expressão desses sujeitos. A colonialidade se instaura na sociedade como algo natural, implicando a criação de um mundo em que tudo o que é proposto pela elite se torna certo. É essa visão que promove sua manutenção que ocorre da forma mais artilosa: pela língua, entendendo-se que língua é epistemologia. Em síntese, é necessário entender que a língua, embora não seja o único, é uma das principais formas que corroboram para a manutenção e reprodução da colonialidade.

Acontece que: “uma das armas poderosas para a construção de comunidades imaginadas homogêneas foi a crença numa língua nacional, ligada a uma literatura nacional, que contribuisse, no domínio da língua, para a cultura nacional” (MIGNOLO, 2003, p. 299).

Por isso, é preciso perceber que a língua portuguesa, na construção da “nação brasileira”, é uma construção cultural da modernidade, que condiciona os sujeitos a introduzirem determinados discursos, tanto falando quanto escrevendo, sem mesmo se perceberem disso ou, ainda pior, aceitando e validando determinados discursos. É nesse construto que a redação do Enem se encaixa.

Uma das formas de manutenção dessa colonialidade, por meio da língua, encontra-se na prova de redação do Enem, modelo seletivo para ingresso, principalmente, no ensino superior público federal no Brasil e por redes de ensino municipais, estaduais e privadas. O Enem é elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e tem como foco uma produção textual sob determinados critérios, chamados de competências, que são explicados dentro de uma matriz de referência e publicados na “Cartilha do Participante”, disponibilizadas apenas *on-line* e em data próximo ao exame<sup>1</sup>.

Segundo o documento, a publicação da *cartilha* tem como objetivo “tornar o mais transparente possível a metodologia de avaliação da redação, bem como o que se espera do participante em cada uma das competências avaliadas” (BRASIL, 2018, p. 3). Tanto a data de publicação próxima ao exame, quanto a utilização do nome para o documento, são questões que merecem atenção.

---

<sup>1</sup> Essa informação foi verificada com base no período de 1998-2021, no site do Inep, analisando as datas de aplicação do Enem e as datas de publicação dos exames. Não há uma regularidade tanto na publicação quanto na publicização dessas informações.

O termo “cartilha” já é problemático em si, uma vez que todos seus significados, *a priori* no dicionário, implicam a imposição de uma determinada doutrina ou subserviência a algo. O dicionário *on-line* Priberam, por exemplo, define o termo como um “conjunto de regras ou de indicações a serem seguidas” (PRIBERAM, 2020); enquanto o dicionário Aurélio propõe que seja: “rezar ou ler pela cartilha (de alguém), ter as mesmas convicções; seguir as ideias, as teorias, os métodos (de uma pessoa): ele reza pela minha cartilha” (DICIO, 2020).

Para além do dicionário, na História do Brasil, que está atrelada à colonização católica-europeia, as cartilhas sempre (ou quase sempre) foram instrumentos de imposição ideológica dos europeus para os seus colonizados/subalternos, como afirma Solange Collares (2015). Ressalta a pesquisadora que: “nas páginas das cartilhas não vamos encontrar uma visão histórica que reflita a realidade; que demonstre o dia-a-dia, salientando conteúdos como: o trabalhador, as questões salariais e sim textos totalmente desconexos com a realidade” (COLLARES, 2015, p. 25.299). Tanto no período de colonização quanto hoje, a principal crítica é justamente esse abismo entre a realidade da cartilha e a realidade dos sujeitos que dela utilizam.

Tomando como base essas problematizações, é que o presente estudo, que toma como análise a perspectiva decolonial, se propõe a analisar a competência 1 da matriz de referência de redação do Enem, tendo como objetivo verificar como as imposições de língua são formas de manutenção da colonialidade.

### **Análise da Competência 1**

A competência 1, ao longo dos 23 anos de Enem (1998-2021), sofreu pequenas, mas consideráveis alterações que podem ser verificadas, principalmente, a partir de 2012, com os guias e cartilhas do/a estudante que foram publicados. Esses documentos ditam o que se deseja em cada competência e, ao fazer isso, medem o que é um sujeito que escreve com “qualidade legítima”, ou seja, molda o escritor.

A explicação da competência 1, em 2012, inicia-se com a indicação de que nem todos falam e escrevem do mesmo modo, bem como diz que isso ocorre por serem processos diferentes. Logo, admite-se variedades, mas não se aceita que elas possam ser utilizadas. O documento, em tom de diálogo informal com leitor, diz:

Você já aprendeu que as pessoas não escrevem e falam do mesmo modo, uma vez que são processos diferentes, cada qual com características próprias adequadas ao contexto de uso. Na escrita formal, por exemplo, deve-se evitar o emprego repetido de palavras, como ‘e’, ‘daí’, ‘então’, próprias de um uso mais informal para relacionar ideias (BRASIL, 2012, p. 11).

Apesar do tom amistoso na explicação, nota-se a imposição de que todos aprendem de forma igualitária (você já aprendeu) e que existe um “contexto de uso” da fala em que todos reconhecem como devem se portar, como falar “adequadamente”. O uso da expressão “deve-se”, além de indicar uma imposição aos/às estudantes, principalmente no que escrever enquanto formalidade, indica, ainda, o que não se deve falar nos “contextos de uso” formais. É interessante perceber que o documento oficial apresenta as informações em forma de diálogo, mas esse modelo de escrita não é admitido no gênero solicitado pelo exame.

Segundo o sociólogo Aníbal Quijano (1992, p. 438), a colonialidade do poder consiste, em primeiro momento, na colonização do imaginário e, por colonizá-lo, age em sua interioridade/subjetividade. Deste modo, a colonialidade promove uma dominação nos modos de conceber o conhecimento, bem como uma dominação sobre os modos de produzir e significar saberes. O que se denuncia, dentro dessa análise, é a uma imagem difusa criada pelo colonizado que promove o apagamento de corpos e subjetividades em detrimento de uma matriz de poder.

Continuando no mesmo tom de escrita, o texto do MEC diz que é preciso que o/a candidato/a tenha “consciência da distinção entre modalidade escrita e oral, bem como entre o registro formal e informal” (BRASIL, 2012, p. 11). A ideia de “consciência” remete à racionalidade eurocêntrica, principalmente à desenvolvida pelo francês Émile Durkheim.

Para o sociólogo, a consciência individual é, de fato, a que se refere a um pensamento do próprio indivíduo, isto é, são as impressões que cada sujeito tem por enxergar o mundo a partir de suas visões, preceitos, conceitos e preconceitos. Contudo, para além do que Durkheim (2008) propõe, entendemos que essa consciência pode ser facilmente moldada quando não compreendemos o mundo que nos é proposto. Isto é, se não enxergamos as fissuras como lacunas de uma matriz de sociedade, é comum que aceitemos a sociedade tal qual ela pareça ser.

Trata-se de uma consciência ingênua, como já dizia Freire. Para o autor, esse tipo de consciência: “revela uma certa simplicidade, tendente a um simplismo, na interpretação dos problemas, isto é, encara um desafio de maneira simplista ou com simplicidade. Não se aprofunda na casualidade do próprio fato. Suas conclusões são apressadas e superficiais” (FREIRE, 2016, p. 52). Não apenas, como discorre o professor acerca desse tipo de consciência, que tem predileção a aceitar formas de ação que se voltam a massificação dos modos de ser e agir.

Neste caso, a sociedade molda a consciência coletiva para que esta seja ingênua e tem sua base na colonialidade do saber. Trata-se de um legado do colonialismo que ainda acentua diferenças e desigualdades sociais e culturais, que tomam como base – e regra – um conhecimento de episteme

eurocêntrica e exclui toda uma gama de outras epistemes. Em analogia ao que propõe Mignolo (2003), a “descoberta” do Brasil e sua colonização não legaliza o direito sobre seus indivíduos e todo seu patrimônio, principalmente o linguístico. A unicidade epistêmica linguística europeia do colonizador não deve/deveria suprimir as demais diversidades epistêmicas linguísticas existentes, mas assim ocorreu e ainda ocorre.

Deste modo, o que percebemos é que essa linguagem é uma poderosa forma de manutenção do poder, pois subalterniza e exclui corpos, ao mesmo tempo em que tenta destituir vozes de seus lugares de fala, uma vez que, por mais que aceite a existência de variantes linguísticas, haverá sempre uma que é dada como a melhor/mais importante, e por consequência, haverá sempre o oposto disso, a pior/menos importante – esta, voltada para a informalidade ou outros contextos de uso, como diz o documento. Depreende-se, assim, que: “a linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamentos, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora” (RIBEIRO, 2017, p. 26).

Portanto, é necessário compreender que “ter consciência” do “certo” e “errado”, para o Enem<sup>2</sup>, é ter uma única consciência, excluindo-se corpos e vozes individuais; uma consciência grafologocêntrica imposta pelo atual modelo escolar e cobrada no exame seletivo em questão. Quando se fala em consciência coletiva em sobreposição à individual, falamos de uma imposição coletiva que emerge de uma sociedade ainda eurocêntrica e que se sobrepõe às individualidades dos sujeitos subalternizados.

Logo, ainda que possamos pensar que cada sujeito tenha características específicas que configuram o seu psíquico, existe uma ideia mais ampla (e até genocida) de pensamentos individuais que são sufocados. Esta ideia atribui que esse consciente coletivo é facilmente manipulado por interesses sociais, no caso, baseados em um padrão de poder da modernidade/colonialidade e que promove a criação da matriz grafologocêntrica da redação do Enem.

O que se deve compreender é que: “os sistemas de conhecimento do mundo são tão diversos quanto são diversos os sistemas de linguagem, infere-se que são também muito diversificados os sistemas e as formas de educação não escolar dos povos” (REZENDE, 2018a, p. 8). Contudo, essa

---

<sup>2</sup> Embora o termo Enem e Escola sejam utilizados enquanto instituições, é necessário compreender que elas reproduzem discursos de colonialidade do saber de corpos que ali se fazem presente, isto é, são reprodutoras de subjetividades. Dentro das recorte feito para o Enem, que contempla o período de 1998 e 2021, percebeu-se que essa forma de colonialidade se manteve em todas as gestões.

diversificação não é considerada pelo Enem, pelo contrário, padroniza todos os sistemas em prol de uma coletividade, no caso, hegemônica e excludente.

Verifica-se, portanto, que ao dicotomizar *formal x informal, escrita x oralidade*, há uma exclusão e apagamento de diversas comunidades linguísticas em detrimento da consolidação de um tipo único de sociedade e de uma única forma de expressão da chamada “língua nacional”, em outras palavras, a língua da elite dominante. Lembramos, ainda, de que essa ideia já esteve presente nas cartilhas que ensinavam a língua do colonizador (COLLARES, 2015) e homogeneizar a língua, como diz Mignolo (2003), é uma das principais formas de dominação de um povo e criação de comunidades imaginadas.

Do mesmo modo, pulveriza-se a complexidade dos espaços epistêmicos de conhecimento para a criação de contextos excludentes. Neste caso, a língua do colonizador é a que padroniza o “certo” e o “errado”, partindo de uma base ideológica que busca a manutenção de um tipo de elite, que tem um corpo branco, cristão e de base europeia, que se sobrepõe a diversos corpos que destoam desse padrão. Trata-se, assim, de um projeto nacional para manter a supremacia de uma elite brasileira ainda fixada nos moldes e preceitos coloniais.

Na exposição do documento, no ano de 2012, ainda se evidencia que, além de clareza, objetividade e um vocabulário diversificado, o/a estudante deve estar atento ao gênero textual solicitado. Deste modo, reafirma o caráter formal do gênero imposto e o considera requisito básico para uma escrita “adequada” (BRASIL, 2012) e, elenca os requisitos, como se pode verificar na tabela 1:

**Tabela 1: Requisitos Básicos do texto dissertativo-argumentativo (2012)**

<b>Requisitos básicos do texto dissertativo-argumentativo</b>
➤ Ausência de marca de oralidade e de registro informal;
➤ Precisão vocabular;
➤ Obediência às regras gramaticais de <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concordância nominal e verbal;</li> <li>• Regência nominal e verbal;</li> <li>• Pontuação;</li> <li>• Flexão de nomes e verbos;</li> <li>• Colocação de pronomes átonos;</li> <li>• Grafia das palavras;</li> <li>• Acentuação gráfica;</li> <li>• Emprego de letras maiúsculas e minúsculas; e</li> <li>• Divisão silábica na mudança de linha (translineação).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor; BRASIL, 2012, p. 12.

Verifica-se que ao estabelecer a formalidade do gênero, como impõe o guia, deve ser “básico” que o/a estudante saiba também outros requisitos que a escola deveria ter ensinado –

retomando aqui o processo de escolarização do ensino de língua portuguesa e letramento escolarizado. Contudo, é preciso perceber que essa não é a realidade das instituições de ensino básico do país, logo, o exame que “oportuniza” o ingresso no ensino superior para todos está ancorado em um modelo de ensino que produz o fracasso escolar para uma grande parcela dos brasileiros.

A consciência coletiva – ligada à “construção de comunidades imaginadas homogêneas”, de Mignolo (2003) –, portanto, é um pensamento hegemônico voltado para uma elite que sabe diferenciar dicotomias e excluir corpos subalternizados. Por assim ser, ao falar de competência linguística no Enem, pode-se problematizar que se trata de um modelo padrão de escrita a que poucos estudantes brasileiros têm acesso ou, ainda, que é distante da realidade escolar de muitos. O fato é que tal “oportunização” e o o preciosismo da língua enquanto gramática normativa se torna mais fácil para uns do que para outros, visto que eles auxiliam na reprodução da colonialidade do ser, em que alguns corpos tem mais validade do que outros, principalmente quando inseridos em instituições de ensino básico.

Nessa consoante, podemos dizer ainda que são fundamentos do coletivo, de fato, as marcas de oralidade, a informalidade e desobediências às regras gramaticais da escrita padrão e culta. Pode-se questionar, ainda, que o documento não explicita ou desenvolve sobre o que entende ou aceita por “precisão vocabular”, por exemplo, do mesmo modo, que apenas dita os demais itens no padrão de certo/errado.

Há de se destacar os termos “ausência” e “obediência”. A ausência retoma a ideia de seres que não sabem, seres não civilizados, visto que estão em déficit com o que é padrão a todos. Para ser civilizado para ingressar no ensino superior público brasileiro, o sujeito deve ausentar-se de si, de sua competência oral, bem como de sua forma de propô-la. A civilidade, assim, baseia-se na ausência de individualidades para massificar uma consciência coletiva do colonizador.

No contexto sociolinguístico brasileiro, o português imperial continua sendo considerado a única língua ‘civilizada’ para todos os povos. Na contextualização histórica das línguas brasileiras, [...] fica evidente que a lógica colonialista em relação à imposição do português para as comunidades linguísticas historicamente subalternizadas é a mesma (LIMA, 2020, p. 43).

O que se percebe, dentro do proposto, é que a língua do colonizador é ainda a língua da consciência coletiva hegemônica e pela qual as imposições culturais e destituição de subjetividades são fixadas e reproduzidas. Dito isso é que compreendemos que: “A concepção civilizatória advém também da matriz colonial introduzida no seio da sociedade brasileira ainda pelos seus colonizadores, que mediante ao processo de dicotomização se perfaz entre o mais e o menos

civilizado” (DERING; BARBOSA, 2021, p. 115).

Portanto, o que se identifica nesse processo civilizatório advindo do preceito de colonialidade/modernidade é que a referência de língua no Enem e nas escolas é, ainda, advinda da elite de uma língua que se volta ao português imperial (da matriz colonial de poder); é possível dizer que essa mesma elite é quem apregoa uma referência de indígena nas escolas como alguém que anda pelado e fala “mim fazer” e promulga a consciência alienada do termo “cidadão de bem” e “direitos humanos para humanos direitos”.

O documento para redação de 2012 também hierarquiza os tipos de erros em níveis. Os sujeitos são classificados, dentro do ranking do Enem da norma padrão escrita da língua portuguesa, em mais graves, graves e leves, ou como dita a matriz: “Desvios mais graves”, “Desvios graves” e “Desvios leves”. A explicação de cada item está nas tabelas que seguem:

**Tabela 2 – Desvios mais graves (2012)**

<b>Desvios mais graves</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de concordância do verbo com o sujeito (com sujeito antes do verbo);</li> <li>• Períodos incompletos, truncados, que comprometem a compreensão;</li> <li>• Graves problemas de pontuação;</li> <li>• Desvios graves de grafia e de acentuação (letra minúscula iniciando frases e nomes de pessoas e lugares); e</li> <li>• Presença de gíria.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor; BRASIL, 2012, p. 12.

**Tabela 3: Desvios graves (2012)**

<b>Desvios graves</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de concordância do verbo com o sujeito (com sujeito depois do verbo ou muito distante dele);</li> <li>• Falta de concordância do adjetivo com o substantivo;</li> <li>• Regência verbal e nominal inadequada (ausência ou emprego indevido de preposição);</li> <li>• Ausência do acento indicativo de crase ou seu uso inadequado;</li> <li>• Problemas na estrutura sintática (frases justapostas sem conectivos ou orações subordinadas sem oração principal);</li> <li>• Desvio em palavras de grafia complexa;</li> <li>• Separação de sujeito, verbo, objeto direto e indireto por vírgula; e</li> <li>• Marcas de oralidade.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor; BRASIL, 2012, p. 12.

**Tabela 4: Desvios leves (2012)**

<b>Desvios leves</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de concordância em passiva sintética (exemplo: uso de “vende-se casas em vez de “vendem-se casas”); e</li> <li>• Desvios de pontuação que não comprometem o sentido do texto.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor; BRASIL, 2012, p. 13.

Nota-se, nas tabelas, as mesmas bases ideológicas da língua hegemônica e o silenciamento

de comunidades linguísticas diversas.

A saber, o processo de silenciamento e exclusão dessas comunidades se torna tão ardiloso, pois, quando se trata do Enem, a elas é imposta uma forma de conhecer – colonialidade do saber – e, para que isso ocorra, seus sujeitos precisam se equiparar (ou tentar) ao modelo padrão da sociedade – colonialidade do ser. Por essa razão, nota-se quase que uma exigência para que comunidades indígenas, quilombolas, sujeitos de comunidades do campo ou povos romani, por exemplo, sejam linguisticamente iguais se quiserem ingressar no ensino superior público.

Tal pressuposto pode ser analisado nas tabelas acima. Observa-se nelas que, nos três casos – mais graves, graves e leves – há os termos “falta”, “ausência”, “inadequado” e “desvio”, indicando que o padrão normativo é a língua do colonizador, isso porque há uma concepção de escritor ideal, aquele que sabe a língua nacional em suas diversas formas de uso, os recursos linguísticos necessários para a “boa comunicação” e também sabe utilizar esses recursos nos mais variados contextos de uso.

Esse escritor ideal é hierarquizado em níveis, que seriam as pontuações da competência 1. Assim, as pontuações dessa competência, bem como nas demais, são atribuídas em uma escala de 200 a 0 (duzentos a zero), dentro de intervalos de 40 pontos para cada nível de desempenho, como é posto no guia. Atribui-se pontuação 0 (zero) para o total desconhecimento até 200 (duzentos) pontos para o excelente domínio da modalidade escrita.

Por assim ser, dentro dessa escala de escritor ideal/escritor consciente/escritor competente, o que temos é o apresentado na tabela abaixo, onde se vai do excelente ao desconhecimento total, passando pelo bom, adequado e insuficiente.

**Tabela 5:** Níveis de desempenho da Competência 1 (2012)

200 pontos	O participante demonstra <b>excelente</b> domínio da norma padrão, não apresentando ou apresentando pouquíssimos desvios gramaticais leves e de convenções da escrita. Assim, o mesmo desvio não ocorre em várias partes do texto, o que revela que as exigências da norma padrão foram incorporadas aos seus hábitos linguísticos e os desvios foram eventuais. Desvios mais graves, como a ausência de concordância verbal, excluem a redação da pontuação mais alta.
160 pontos	O participante demonstra <b>bom</b> domínio da norma padrão, apresentando poucos desvios gramaticais leves e de convenções da escrita. Assim, o mesmo desvio não ocorre em várias partes do texto, o que revela que as exigências da norma padrão foram incorporadas aos seus hábitos linguísticos e os desvios foram eventuais. Desvios mais graves, como a ausência de concordância verbal, não impedem que a redação receba essa pontuação, desde que não se repitam regularmente no texto. Assim, o participante que realizar poucos desvios leves ou pouquíssimos desvios graves podem receber essa pontuação.

120 pontos	O participante demonstra domínio <b>adequado</b> da norma padrão, apresentando alguns desvios gramaticais graves e de convenções da escrita, ou muitos desvios leves. Assim, há certos desvios que ocorrem em várias partes do texto, revelando que um ou mais aspectos da norma padrão ainda não foram incorporados aos seus hábitos linguísticos. Desvios mais graves, como a ausência de concordância verbal, não impedem que a redação receba essa pontuação, desde que não configurem falta de domínio absoluto do padrão da linguagem escrita formal. Assim, o participante que realizar alguns desvios graves ou gravíssimos, ou muitos desvios leves, pode receber essa pontuação.
80 pontos	O participante demonstra domínio <b>mediano</b> da norma padrão, apresentando grande quantidade de desvios gramaticais e de convenções da escrita graves ou gravíssimos, além de presença de marcas de oralidade. Assim, há certos desvios graves que ocorrem em várias partes do texto, revelando que muitos aspectos importantes da norma padrão ainda não foram incorporados aos seus hábitos linguísticos. O participante que realizar muitos desvios graves ou gravíssimos, mas não apresentar desestruturação sintática em excesso, receberá essa pontuação.
40 pontos	O participante demonstra domínio <b>insuficiente</b> da norma padrão, apresentando graves e frequentes desvios gramaticais e de convenções da escrita, além de presença de gírias e marcas de oralidade. Assim, há certos desvios que ocorrem de forma sistemática no texto, revelando que muitos aspectos importantes da norma padrão ainda não foram incorporados aos seus hábitos linguísticos. O participante que realizar muitos desvios gravíssimos, acompanhados de desestruturação sintática em excesso, receberá essa pontuação.
0 ponto	O participante apresenta <b>desconhecimento total</b> da norma padrão, de escolha de registro e de convenções da escrita.

Fonte: Elaborado pelo autor; BRASIL, 2012, p. 12-13, grifo do autor.

Neste ano, reitera-se a importância de perceber que os termos utilizados para cada nível de desempenho foram: desconhecimento total, insuficiente, mediano, adequado, bom e excelente. Chamamos a atenção, pois a tabela abaixo apresentará mudanças na escolha lexical de alguns níveis, o que dialoga com a promoção da consciência ingênua proposta por Freire (2016).

O documento, em 2013, é ainda mais modular e em sua introdução da mesma competência, traz uma breve definição do que o Enem entende (e quer) por texto dissertativo-argumentativo: “[...] uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para constituir a textualidade” (BRASIL, 2013, p. 11), bem como faz alterações nas nomenclaturas, como dito acima, para cada pontuação. Verifiquemos isso nas tabelas que seguem. Enquanto a tabela 8 traz a amostra comparativa de alteração dos termos para cada nível da competência, a tabela a seguir é a explicação de cada nível no ano em questão, que também sofreu alterações.

**Tabela 6:** Comparação de Termos da Competência 1 (2012/2013)

Pontuação	Enem 2012	Enem 2013
200 pontos	Excelente	Excelente
160 pontos	Bom	Bom
120 pontos	Adequado	Mediano

80 pontos	Mediano	Insuficiente
40 pontos	Insuficiente	Precário
0 pontos	Desconhecimento total	Desconhecimento

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com exceção do escritor ideal, excelente e bom, os demais sofrem alteração de nomenclatura, alterando-se os termos “adequado” para “mediano”, “mediano” para “insuficiente”, “insuficiente” para “precário” e “desconhecimento total” para “desconhecimento”. Nota-se, primeiro, que se o/a candidato/a não for excelente ou bom, ele não será, sequer, um escritor adequado, pois ele não se encaixa no que é pedido, mas está na média. É interessante perceber essa posição, pois estar na média, segundo um pensamento racionalista eurocêntrico, é ser medíocre, isto é, você não tem nada de especial ou nada a acrescentar ao outro ou à sociedade. Em outros termos, ser mediano é estar em um estado médio real, aceitando que existe inferioridade e superioridade.

Trata-se não apenas de um termo o qual coloca todos como “classe média” da escrita, mas também aceita uma “elite intelectual”, a qual se quer alcançar, a ideia do colono e colonizador/oprimido e opressor (FREIRE, 1975; FANON, 2005). Para tanto, é importante verificar que não apenas os nomes se alteram, como as explicações de cada pontuação sofrem mudanças para justificar o que é ser mediano e o que é ser superior.

**Tabela 7:** Níveis de desempenho da Competência 1 (2013)

200 pontos	Demonstra <b>excelente</b> domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita são aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizam reincidência.
160 pontos	Demonstra <b>bom</b> domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio <b>mediano</b> da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio <b>insuficiente</b> da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio <b>precário</b> da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Fonte: Elaborado pelo autor; BRASIL, 2013, p. 12-13.

Em 2016, não há mudanças na forma de aferir a competência ou em suas explicações, mantendo-se esse padrão de escritor ideal para até o ano de 2017, quando há novas alterações. No ano em questão, há uma observação sobre a expectativa para esse escritor ideal. Assim, os itens

indicados para a competência 1 relacionados à convenção de escrita, questões gramaticais, escolha de registro e vocabular são:

- Convenções da escrita: acentuação, ortografia, separação silábica, uso do hífen e uso de letras maiúsculas e minúsculas.
- Gramaticais: concordância verbal e nominal, flexão de nomes e verbos, pontuação, regência verbal e nominal e colocação pronominal.
- Escolha de registro: adequação à modalidade formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade.
- Escolha vocabular: emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e apropriadas para o texto (BRASIL, 2017, p. 14).

As explicações de convenção de escrita e questões gramaticais fixam-se apenas em explicações sintáticas e demais questões linguísticas da gramática normativa. No que se refere à escolha de registro vocabular, ainda se percebe escolhas lexicais que remontam à concepção de um só “português nacional”, isto é, uma língua hegemônica frente ao silenciamento de corpos e suas vozes: “adequação”, “ausência”, “informal”, “vocabulário preciso”, “sentido correto” e “apropriadas”. Em síntese, é a ideia do monolinguajamento da qual nos fala Mignolo (2003, p. 343): “[...] falar, escrever, pensar dentro de uma única língua controlada pela gramática, de modo semelhante ao controle exercido pela constituição sobre o Estado”. Sem alterações (ou alterações pontuais) entre os anos seguintes (2013-2021), esta é a matriz de referência que pauta a avaliação até o ano de 2021<sup>3</sup>, período de análise da presente pesquisa.

## Considerações

Entre as cinco competências do critério de escrita e correção do Enem, a competência 1 se refere ao uso mais restrito da gramática normativa e o domínio de uso da norma-padrão da língua portuguesa. Essa competência reforça a ideia grafologocêntrica, que, por sua vez, são fundamentais para a manutenção da colonialidade.

Há, portanto, um padrão de poder estabelecido pelo Enem que toma a grafia de um único *locus* de enunciação como a melhor forma de propor o que é certo/errado e excluir subjetividades e identidades. O Enem, por meio do grafologocentrismo como foco central de seleção/exclusão, potencializa o conhecimento científico-escolarizado e exclui outros possíveis. Logo, o conhecimento se dá pela e para a escrita e é assim que sujeitos (escolarizados/domados e que queiram ser escolarizados/domados) podem entrar nas universidades públicas do país.

Portanto, a prova de redação Enem opta pela manutenção da colonialidade ao

<sup>3</sup> Ainda que não façam parte da pesquisa os exames dos anos de 2019 e 2020, verificamos que não houve alterações nesta competência.

propor/impôr, em sua seleção, que o conhecimento científico que parte de processo hegemônico e eurocêntrico seja válido apenas por meio do uso de uma língua que preza pelo precioso de uma elite hegemônica. É essa língua que valoriza/desvaloriza o sujeito para o seu ingresso no ensino superior.

Tem-se, portanto, que em 23 (vinte e três) anos do exame, no que diz respeito à competência 1, as alterações silenciaram, paulatinamente, corpos, hierarquizando um escritor e uma escrita ideal, melhor dizendo, um sujeito “pleno”; e só esse sujeito pleno é capaz de ascender socialmente. Os demais, que estão à margem dessa comunidade linguística, caso não se moldarem à utopia do escritor ideal imposto por essa classe dominante, continuarão excluídos.

No entanto, a falácia que se cria nesse processo é justamente essa, que subalternizados um dia poderão ascender-se, o que não ocorrerá, pois o opressor será sempre o opressor dentro da base da colonialidade e na qual está inserida a competência linguística do Enem.

## Referências

BRASIL. **Exame nacional do ensino médio**. Prova Amarela. 2012. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/2012/caderno\\_enem2012\\_dom\\_amarelo.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2012/caderno_enem2012_dom_amarelo.pdf) Acesso em: 10 jan 2020.

BRASIL. **A redação no Enem 2012**: guia do participante. INEP: Brasília, 2013.

BRASIL. **Redação do Enem 2017**: Cartilha do participante. INEP: Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. Publicação: Outubro de 2018. **Redação no Enem 2018** - Cartilha do Participante. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2018/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf) Acesso em: 12 set 2018.

COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. **A origem da cartilha no Brasil como instrumento privilegiado de controle do estado**. III Seminário Internacional de Representações Sociais – Educação. 2015. Disponível em: < [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17575\\_7459.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17575_7459.pdf) > Acesso em: 20 jul 2019.

DERING, Renato de Oliveira; BARBOSA, João Victor Caetano. Diálogo entre (de)colonialidade, Paulo Freire e Direito no projeto de lei 5.985/2016. **Revista Antheses – Edição Especial**. v.9, n. 18, 2021, p. 107-120.

DICIO – Dicionário online de português. **Cartilha**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cartilha/> Acesso em: 28 dez 2020.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão de trabalho social**. 3.ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LIMA, Hildomar José de. **Interpretação transemiótica de práticas sociolinguísticas expressas em português escrito por pessoas surdas**. 2020. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Goiânia: Universidade Federal de Goiás - UFG, 2020.

MIGNOLO, Walter D.. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PRIBERAM - Dicionário on-line da língua portuguesa. **Cartilha**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cartilha> Acesso em: 28 dez 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Revista Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

REZENDE, Tânia Ferreira; SILVA JR, Wilton Divino da. **Práticas Interculturais de Letramento no Pluralismo Sociolinguístico**. (Projeto de Pesquisa). Universidade Federal de Goiás. 2018a. Disponível em: < [https://obiah.letras.ufg.br/up/916/o/projeto\\_praticas.pdf](https://obiah.letras.ufg.br/up/916/o/projeto_praticas.pdf) > Acesso em: 10 jul 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

*Recebido em: 21 de janeiro de 2022.*

*Aprovado em: 20 de fevereiro de 2022.*